



Jamil: aborto legal



Jesus: voto só aos 18



Arbage: voto aos 16

ANC 88
 Pasta 24 a 30
 Abril/87
 054

Sugestões para nova Carta já são mais de 1 mil 500

Raquel Uthoa

Brasília - Que país é esse, onde a saúde, a educação, a assistência judiciária e a moradia são garantidas gratuitamente a todos os cidadãos, os funcionários públicos, após seis anos de serviço, passam a gozar de estabilidade no emprego, os trabalhadores, em férias, recebem dois salários, não existe vestibular e o ingresso na universidade é automático, e a adoção de um menor carente dá direito a abater até 50% do Imposto de Renda?

Esse país será o Brasil — ao menos legalmente —, se a Constituinte aprovar boa parte das 1 mil 500 sugestões apresentadas à Mesa, até a semana passada, pelos parlamentares e entidades sociais. Até o próximo dia seis, quando termina o prazo para encaminhamento de propostas, o número de sugestões deve crescer mais ainda.

O campeão de sugestões, até agora, é o ex-prefeito do Rio de Janeiro, senador Jamil Haddad (PSB), que enviou nada menos do que 48 propostas à Mesa. Uma delas refere-se à legalização do aborto. "Enquanto o hospital público fecha suas portas à mulher pobre, condenando-a ao curandeirismo e à morte, a mulher de classe média e rica tem a assistência de clínicas especializadas. A proibição do aborto é uma coincidência contra a mãe pobre", explica Jamil, que é médico.

A idéia de Haddad encontrará muitas resistência, a começar pelo pastor e deputado Antônio de Jesus, do PMDB de Goiás, que encaminhou proposta reafirmando a proibição do aborto. A preocupação é a mesma do deputado Chagas Duarte (PFL-RR), que fala em "humanitarismo" para afirmar que é "prova de egoísmo a mãe que mata o próprio filho — ou consente em extirpar-lhe a vida — por preconceito social, por mais justificado que pareça".

Em outras questões também há choques. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), em sua proposta global de Constituição, defende o parlamentarismo. O Partido dos Trabalhadores (PT), que encaminha esta semana outra proposta de Constituição, prega o presidencialismo. Na dúvida, o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) — que enviou nada menos de 24 sugestões à Mesa — pediu a realização de um "plebiscito sobre a adoção do sistema parlamentarista".

Há quem queira que a idade mínima para votar passe a ser de 16 anos, como o senador Iram Saraiva (PMDB-GO) e os deputados Nyder Barbosa (PMDB-ES), Mendes Botelho (PTB-SP) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Há quem prefira 17, como Jorge Arbage (PDS-PA). Já o pastor goiano Antônio de Jesus quer conservar a idade mínima atual: 18 anos. O deputado Antônio Salim Curiati (PDS-SP) ficou na dúvida e apresentou duas propostas: uma mantendo o limite em 18 anos, outra levando-o até 16. Nas duas, ele defende o voto facultativo, no que se choca com as propostas de Iram Saraiva e Mendes Botelho, que querem mantê-lo obrigatório.

Quinze constituintes de diferentes partidos subscreveram uma sugestão definindo que a função das Forças Armadas é a de defender o

país contra "as agressões externas", com o que não concorda o deputado Jorge Arbage, que encaminhou proposta mantendo a definição da atual Constituição, que prevê que também cabe aos militares a garantia da "defesa interna". Ele alerta que seria "um grave risco alterar esse papel de vigilância das instituições, pelas Forças Armadas, principalmente quando o país atravessa uma das mais graves crises sociais, políticas, econômicas e financeiras, caldo de cultura para as greves tumultuárias".

Preferindo não fazer sugestões sobre problemas temporais, o deputado Eliel Rodrigues (PMDB-PA), encaminhou proposta pedindo a proteção divina para a Constituição a ser promulgada. Ele propõe que o artigo 1º das Disposições Preliminares tenha a seguinte redação: "Invocando as bênçãos de Deus e Sua proteção, para o bem-estar e felicidade da nação brasileira, elaboramos e promulgamos a presente Constituição". Segundo o deputado, esta é uma forma de reconhecer "a eterna soberania de Deus, sobre todos os poderes constituídos neste mundo de transitoriedade".

Enquanto isso, com os pés na terra, o deputado Antônio Salim Curiati está preocupado com a legalização dos jogos de azar. De acordo com sua justificativa, a proibição conduz à clandestinidade, "propiciando a corrupção e a evasão de recursos, que poderiam influir para os cofres públicos via tributos".

Dois deputados, Ricardo Izar (PFL-SP) e Agripino de Oliveira Lima (PFL-SP), pretendem transformar os cadáveres humanos em "bens públicos", para que seus órgãos possam ser utilizados para fins de transplante, independente da autorização da família. Mais preocupados com o nascimento, os deputados Gerson Peres (PDS-PA) e Flávio Palmier da Veiga (PMDB-RJ) sugerem que o registro civil de nascimento e a certidão sejam concedidos gratuitamente.

A variedade das idéias encaminhadas à Mesa da Constituinte atinge os mais diversos campos, como a aposentadoria justa, a reforma tributária e educação e saúde gratuitas. Mas não faltam os inovadores, como Siqueira Campos (PDC-GO), que sugere o abatimento de 50% no Imposto de Renda da pessoa que adotar um menor carente, ou Mozarildo Cavalcanti, que pretende acabar com o exame vestibular no país, ou ainda Flávio Palmier da Veiga (PMDB-RJ), que quer que a língua nacional seja chamada de "brasileira" e não de "portuguesa".

Todas as sugestões estão sendo classificadas pela secretaria-geral da Constituinte, que as encaminhará às subcomissões. O processo está lento, sendo que a quase totalidade de propostas de entidades ainda não foi analisada. E não é para menos: há sugestões de até 27 páginas, como a de autoria do senador Virgílio Távora (PDS-CE), dispendo sobre o Poder Judiciário.

E há, ainda, detalhados trabalhos de pesquisa, como a proposta do deputado Mendes Thame (PFL-SP), que recorreu às constituições de Portugal, Itália, Espanha, China, União Soviética, Suíça, México e Iugoslávia para demonstrar que os aposentados recebem proteção especial na maioria dos países, independente do sistema econômico adotado.